

PARTE I
PRÉ-HISTÓRIA DA AMAZÔNIA



ARTE RUPESTRE NA AMAZÔNIA: um patrimônio ameaçado

Na Amazônia, as pinturas e as gravuras rupestres, apesar de serem conhecidas e objeto de muita curiosidade, são pouco estudadas. Muitos locais são conhecidos hoje através das informações deixadas nas crônicas de viagem de exploradores e religiosos que percorreram a região, principalmente no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

A partir da década de 1950, iniciam-se as pesquisas arqueológicas sistemáticas na Amazônia mas, paradoxalmente, o número de sítios com arte rupestre registrados por estas pesquisas foi bastante reduzido. Este fato é facilmente explicado em vista do direcionamento teórico que conduziu as pesquisas que privilegiava cerâmica como o principal indicador arqueológico para a construção de seqüências culturais. Se, por um lado, esta opção deu condições para que se produzisse um amplo conhecimento acerca dos artefatos cerâmicos pré-históricos e das culturas a eles relacionadas, por outro, gerou um enorme vazio no que diz respeito às pinturas e gravuras rupestres da região implicando, conseqüentemente, na criação de mais lacunas no conhecimento da pré-história.

Tal situação é bem retratada no mapa sobre as tradições rupestres no Brasil apresentado por Prous (1992). Neste mapa, a Amazônia

¹ Pesquisadora da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi (edithe@museu-goeldi.br).

não existe, apesar de terem sido registrados na região cerca de 300 sítios com arte rupestre (Figura 1) e definida, pelo menos uma tradição de gravuras rupestres – a Tradição Amazônia (PEREIRA, 1996). Este quadro começa a ser alterado (GASPAR, 2003), porém, ainda são poucos os sítios que têm sido objeto de estudo na região.

O primeiro projeto voltado para o estudo da arte rupestre na Amazônia data de 1985 e visava ao salvamento de sítios arqueológico na região de Boa Vista (Roraima), devido à depredação provocada por visitantes nas pinturas rupestres. Este trabalho registrou 29 sítios, nos quais foram identificados dois estilos de pintura e um de gravuras rupestres (RIBEIRO *et al.*, 1986, 1987, 1989, 1996).

No ano seguinte (1986) registra-se a primeira tentativa para dar início ao estudo da arte rupestre no Pará, através do levantamento feito por Mario Consens sobre o potencial arqueológico na região de Monte Alegre. Em seu relatório, publicado em 1988, Consens apresenta comentários gerais relacionados com a técnica, superposição, conservação e aspectos diacrônicos das pinturas rupestres de seis sítios da região

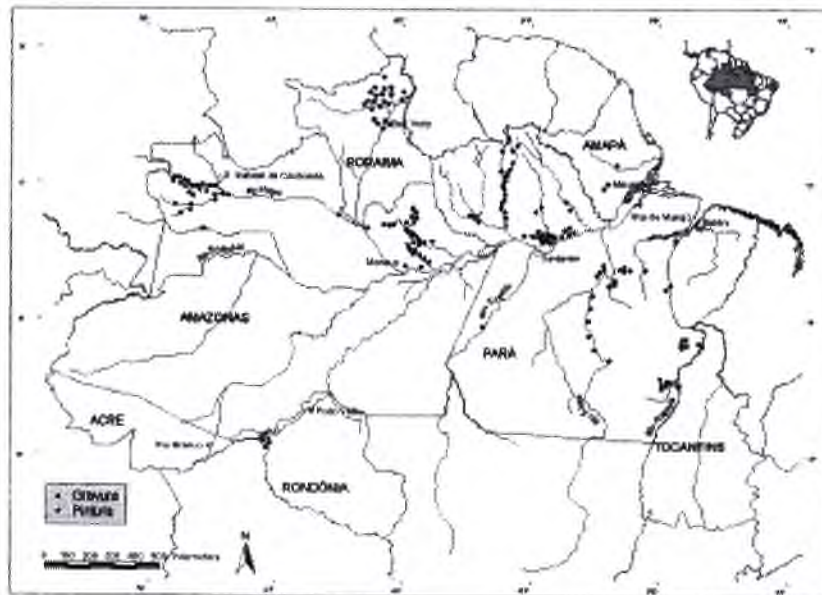


Figura 1. Distribuição dos sítios com arte rupestre conhecidos até o momento na Amazônia Brasileira.

(CONSENS, 1988, 1989). Apesar da potencialidade detectada em Monte Alegre, pesquisas arqueológicas sistemáticas destinadas ao estudo da arte rupestre nesta região só teriam início na década de 1990, por Pereira (1992, 1996).

Em 1987, um conjunto de 21 sítios com arte rupestre foi localizado nos rios Uatumã, Pitinga e Santo Antônio do Abonari, como resultado do salvamento arqueológico na área afetada pela UHE-Balbina, no Amazonas. O material proveniente destes sítios foi analisado por Corrêa (1994) que identificou dois estilos rupestres.

Em Rondônia, Eurico Miller identificou a existência de três estilos nas gravuras rupestres dos sítios por ele registrados na região do baixo Abunã e do alto Madeira (MILLER, 1992, p. 227).

A partir de 1989, direcionei meu trabalho para o estudo das pinturas e gravuras rupestres na Amazônia, particularmente no Estado do Pará, com objetivo de estudá-las *in situ* e sob uma perspectiva arqueológica, de forma a inseri-las como uma das variáveis analíticas na construção da pré-história amazônica. O primeiro passo desta pesquisa foi a realização de um inventário com base em fontes bibliográficas (PEREIRA, 1990).

O passo seguinte foi a escolha de uma área onde a pesquisa nos sítios com arte rupestre seria desenvolvida de forma intensiva. Desta maneira, direcionei, inicialmente, o trabalho para a região do baixo Amazonas, particularmente nos municípios de Alenquer, Monte Alegre e Prainha. A partir da análise das pinturas e gravuras rupestres desta região, foi estabelecida uma classificação que permitiu identificar dois estilos de pinturas e uma tradição de gravuras rupestres (Id., 1996).

Esta classificação, além de servir como referencial comparativo para outros conjuntos de pinturas e gravuras rupestres da região, também contribuiu para a formulação de hipóteses quanto à possível relação entre arte rupestre e outras formas de cultura material (id. *ibid.*). Estudos realizados recentemente em sítios com gravuras rupestres na região do baixo Xingu (Id., 2000) tem contribuído com novos dados para testar as hipóteses formuladas.

Ao mesmo tempo em que os estudos sobre a arte rupestre começam a contribuir com uma série de novas informações sobre a pré-história da região, surgem também graves problemas

relacionados com a preservação destes sítios na Amazônia. Estes problemas têm, basicamente, duas origens: fatores naturais e fatores antrópicos. Para os problemas de ordem natural (p. ex. cupins, fungos, vespeiros, intemperismo, queda natural do suporte etc.), é possível encontrar, dependendo do agente danificador, soluções técnicas que impeçam a continuação do problema e, em alguns casos, podem até mesmo reverter o dano sofrido. Os problemas de ordem naturais, no entanto, não serão abordados no presente trabalho. Pretendo chamar a atenção para as diferentes intervenções humanas que produziram e produzem algum tipo de dano aos sítios com arte rupestre na Amazônia.

Entre os fatores antrópicos, o problema mais comum detectado é o grafite. Todos conhecemos a compulsão humana por assinalar datas e frases do tipo "fulano esteve aqui" ou "fulano ama sicrana", em suportes diversos tais como troncos de árvores, bancos de praça, cabines telefônicas, portas de banheiros públicos, bancos de ônibus. As paredes de abrigos e grutas com pinturas e gravuras pré-históricas infelizmente também fazem parte da lista de suportes grafitados/grafitáveis.

A prática de grafitar em sítios arqueológicos vem de longa data. Provavelmente, o mais antigo grafite deixado nas paredes rochosas de sítios arqueológicos da Amazônia foi feito por visitantes que percorreram a Serra do Ererê, em Monte Alegre, e deixaram registrado, ao lado das pinturas pré-históricas, o ano da sua visita - 1764 - e as iniciais de uma ordem religiosa. Sobre estes grafites, Charles F. Hartt (1895, p. 309), que visitou a Serra do Ererê na segunda metade do século XIX, fez as seguintes observações:

"No Ererê encontra-se o symbolo I. H. S., meio obliterado, e a data 1764, (est. 4) que evidentemente foram feitos pelos Jesuítas. Estas últimas inscrições são muito recentes e pintadas de um encarnado mais claro sobre a superficie ennegrecida pelo lichen, ou esbranquiçada, de modo a escurecerem as inscrições mais antigas".

Passado mais de um século da visita de Hartt, a inscrição 1764, apesar de bastante desgastada, ainda está legível nas paredes da Serra do Ererê. Já as iniciais I.H.J. desapareceram ao longo dos anos.

Em 1877, quando o Padre Nicolino José Rodrigues de Souza passou pela Cachoeira Resplendor, no alto rio Erepecuru, no Pará,

deixou registrado, entre as gravuras rupestres desta cachoeira, a inscrição VENIT 1877. Este mesmo local recebeu, em 1925, uma nova inscrição (Figura 2), desta vez deixada pelo geólogo Avelino Ignácio de Oliveira (1928).

As gravuras rupestres existentes na Serra da Escama, em Óbidos, também tiveram sua integridade comprometida pela ação humana. A preocupação pelo patrimônio arqueológico neste sítio foi manifestada pelo geólogo Odorico Rodrigues Albuquerque (1922, p. 52) que, entre os anos de 1918 e 1919, visitou a região:

"Não sabemos o valor que podem ter estas inscrições, que tanto podem ser simples garatujas indígenas, como também podem conter futuras contribuições para a história dos primeiros habitantes da Amazônia, que em muitos pontos deixaram evidentes sinais de sua superior cultura sobre o aborigine moderno, (...). Assim, por exemplo, estas inscrições da serra da Escama, ou Óbidos, brevemente terão sua autenticidade comprometida, porque os soldados da guarnição do forte escrevem com o sabre nomes nas superfícies disponíveis das lages. Até há pouco estas inscrições eram respeitadas e mesmo, referia-me o Sr. Barão de Solimões, que certa vez teve que impedir que um viajante inglês (provavelmente o Sr. C. Barrington Brown) as conduzisse para a Inglaterra, e não vejo motivo para que agora não se continue a guarda-las com o mesmo carinho."



Figura 2. Marcas deixadas por viajantes entre as gravuras rupestres da cachoeira Resplendor, no rio Erepecuru (foto reproduzida da obra de Gastão Cruls, 1954).

Além do grafite, tem-se constatado uma série de outras práticas intencionais de destruição que atingem, muitas vezes de forma irreversível, os sítios com arte rupestre. A retirada de lâminas de rocha pintada ou gravada para servir como "lembrança" do lugar; a utilização das pinturas como alvo para a prática do tiro e a intrusão de elementos estranhos ao ambiente do sítio, são algumas atividades que têm provocado danos consideráveis ao patrimônio arqueológico da Amazônia. Vejamos alguns exemplos:

Em Roraima, o principal motivo que levou à realização do salvamento arqueológico nos sítios com arte rupestre foram as atividades intencionais de retirada de lâminas de rocha pintada e a utilização das pinturas para a prática do tiro ao alvo, principalmente no sítio Pedra Pintada (LOPES; KALKMANN, 1983). Durante três anos, Pedro Mentz Ribeiro e equipe pesquisaram vários sítios evidenciando o rico potencial arqueológico daquela área.

O sítio Pedra das Arraias, localizado dentro da faixa de servidão da Linha de Transmissão Tramo Oeste, no Pará, foi parcialmente destruído pela retirada intencional de lâminas de rocha contendo gravuras (Figura 3). Além disso, a utilização do fogo para a retirada da cobertura vegetal na área de implantação das torres de energia, provocou a desagregação de várias partes da rocha onde estão as gravuras. O trabalho de registro do sítio já foi feito, assim como a identificação de problemas de conservação e algumas propostas gerais para a solução destes problemas (PEREIRA, 2000)².

Em Monte Alegre, no Pará, os sítios com pinturas rupestres são conhecidos e visitados desde o século XIX. No entanto, a partir de 1996, quando a região ficou mundialmente conhecida pela antigüidade dos seus sítios arqueológicos (ROOSEVELT, 1996), houve um enorme incremento no fluxo de visitantes interessados em ver de perto pinturas rupestres feitas pelo homem há mais de 11.000 a.p. O aumento no número de visitantes gerou, inicialmente, um turismo informal onde apenas alguns moradores da região lucravam com a visita aos sítios. Posteriormente, empresas de turismo passaram a incluir os sítios arqueológicos

² No momento aguarda-se financiamento da Eletronorte para dar início ao trabalho de conservação, bem como a criação e implantação de um plano de manejo para a Pedra das Arraias.



Figura 3. Destruição de gravuras rupestres no sítio Pedra das Arraias pela retirada intencional da rocha. (foto: Edithe Pereira).

de Monte Alegre nos seus roteiros. A ausência de infra-estrutura nos sítios que permita a visitação pública com segurança, tanto para o turista, quanto para o sítio; a total falta de controle por parte das autoridades municipais e estaduais com relação ao acesso dos turistas aos sítios e a ausência de guias capacitados, são alguns aspectos que têm contribuído para a destruição do patrimônio arqueológico daquela região.

Os principais problemas de depredação nas pinturas rupestres de Monte Alegre são o grafite e a mutilação intencional dos grafismos (Figura 4). No entanto, outras formas de destruição também têm sido observadas nesta região. Um exemplo é o sítio Gruta do Pilão (também conhecido como Gruta da Pedra Pintada) onde, há vários anos atrás, uma parte da parede da gruta, que continha pinturas, foi destruída (Figura 5) pelas máquinas que abriam uma estrada que facilitaria o acesso ao sítio (PEREIRA, 1999).

No sítio Ilha dos Martírios, no baixo Araguaia, um marco de concreto (Figura 6) foi implantado por uma empresa, a menos de um metro de distância de um conjunto de gravuras rupestres



Figura 4. Pinturas rupestres do sítio Serra da Lua, em Monte Alegre, estão sendo mutiladas por atos de vandalismo dos visitantes. (Foto: Edithe Pereira).

(Id., 1999a). Recentemente, neste mesmo sítio, um político da região usou as rochas da Ilha dos Martírios como suporte para propaganda política. Ambos os casos foram denunciados ao IPHAN pela Fundação Casa da Cultura de Marabá.

Na Serra das Andorinhas, no sul do Pará, um sítio com pinturas rupestres – o Abrigo da Neblina – todos os anos é palco de uma festa religiosa. Durante uma semana, romeiros e visitantes acampam no sítio e no seu entorno, cumprindo uma tradição que vem de longa data (MATTOS, 1999). A parede do abrigo onde concentram-se as pinturas pré-históricas é a área preferida pelos grafiteiros para deixar seu registro (Figura 7).

De uma maneira geral, os sítios arqueológicos na Amazônia têm sofrido diferentes formas de depredação. São bastante conhecidas as escavações clandestinas na Ilha de Marajó, a venda ilegal de peças arqueológicas e a apropriação de material arqueológico por amadores. A depredação dos sítios com arte rupestre vem aumentar a lista dos bens arqueológicos danificados pelo homem moderno.



Figura 5. A parede da entrada do sítio Gruta do Pilão, em Monte Alegre, foi parcialmente destruída e com ela várias pinturas rupestres. (Foto: Edithe Pereira).



Figura 6. No sítio Ilha dos Martírios, no baixo Araguaia, um marco de concreto foi colocado a menos de um metro de distância de um painel com gravuras rupestres. (Foto: Edithe Pereira).



Figura 7. A área com pinturas rupestres do sítio Abrigo da Neblina, na Serra das Andorinhas, é o local preferido pelos pixadores para deixar seu registro. (Foto: Edithe Pereira).

CONCLUSÃO

Ações como estas, descritas nos parágrafos anteriores, configuram-se com uma forma de depredação direta do patrimônio arqueológico. Há, porém, formas indiretas de destruição como é o caso da divulgação prematura de sítios arqueológicos. Gonzáles (1993) considera a *difusão individual* e *difusão institucional* como as duas principais formas de divulgação prematura. No primeiro caso, a difusão é dirigida a promoção pessoal, enquanto no segundo, é direcionada para justificar aspectos da política de gestão cultural ou de política regional. Em qualquer destes casos, a divulgação prematura de sítios arqueológicos – que normalmente conta com a “ajuda” de uma mídia sensacionalista – pode levar à sua degradação antes mesmo que sejam feitos os estudos necessários.

É importante lembrar que o estado de conservação de um sítio determina o nível de informação que poderá se obter dele. Sítios bem preservados oferecem ao arqueólogo condições de obter um conjunto de informações que, uma vez analisadas, permitirá a compreensão do seu processo de ocupação no passado. Nos casos em que o sítio arqueológico tem a sua integridade comprometida por qualquer que tenha sido a interferência nele produzida, pouca ou nenhuma informação poderá ser obtida, perdendo-se desta forma uma parte da história daquele lugar e do povo (ou povos) que nele viveram. O mesmo ocorre quando os artefatos arqueológicos são retirados de sua posição original no sítio sem que para isto tenham sido utilizados métodos e técnicas próprios da pesquisa arqueológica.

A difusão institucional parece ser mais perigosa visto que, gestores municipais e estaduais, na ânsia de transformar sítios arqueológicos em pontos turísticos, direcionam seus esforços para uma ampla divulgação e esquecem de criar as condições necessárias para a proteção e visitação adequadas aos sítios. Desta forma, estimula-se um turismo predatório face ao descompasso criado entre o excesso de divulgação sobre sítios arqueológicos ainda pouco ou nada conhecidos do ponto de vista científico e a ausência total de infraestrutura para a proteção dos sítios e a segurança dos visitantes.

O turismo informal e descontrolado passa então a ser um dos principais fatores de destruição dos sítios arqueológicos. A única forma de reverter e até mesmo evitar o surgimento de ações desta

natureza, é através de uma série de medidas visando a proteção física dos sítios, e de ações educativas junto à população em geral e, particularmente, àquela que vive próximo aos sítios. A educação patrimonial – termo utilizado para o conjunto de ações que visam sensibilizar a população em geral sobre a importância e a necessidade de preservação do patrimônio cultural – constitui-se, hoje, em um importante caminho que poderá levar à preservação do patrimônio arqueológico.

Deve-se considerar ainda que, para expor um ou mais sítios arqueológicos à visitação pública, deve existir não somente uma boa infra-estrutura no sítio⁵, mas também na região como um todo. É necessário, portanto, que existam boas condições de acesso aos sítios, transporte adequado, hotéis, restaurantes, guias especializados e material de divulgação (posters, folders, livros, vídeos etc.).

A produção do material de divulgação deve estar atrelada aos resultados de pesquisa, pois a visita ao sítio não deve ser estimulada apenas pela beleza estética do material arqueológico, mas pela importância do sítio (ou sítios) na pré-história da região. Para que isto seja repassado ao público é preciso, antes, investir na pesquisa arqueológica, pois os seus resultados é que serão o maior estímulo à visitação pública dos sítios.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, Odorico Rodrigues. 1922. Reconhecimentos Geológicos no Valle do Amazonas: campanhas de 1918 e 1919. **Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 52-71. il.
- CONSENS, Mario. 1989. Arte rupestre no Pará: análise de alguns sítios de Monte Alegre. **Dédalo**, São Paulo, n. 1, p. 265-278, il. Edição especial.
- CONSENS, Mario. 1988. First rock paintings in Amazon basin. **Rock Art Research**, v. 5, n. 1, p. 69-72, may. il.
- CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. 1994. **As gravações e pinturas rupestres na área do reservatório da UHE-Balbina - AM**. 187 p. il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁵ As obras de infra-estrutura nos sítios arqueológicos devem ser feitas sob a orientação de um arqueólogo.

CRULS, Gastão. 1954. **A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 331 p. v. 113. il. (Coleção Brasileira, 5).

GASPAR, Madu. 2003. **Arte Rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 83 p. il.

González Morales, Manoel R. 1993. La difusión de los hallazgos de arte rupestre. In: LA PROTECCION y conservación del arte paleolítico. Asturias: Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias. p. 181-184.

HARTT, Charles Frederich. 1895. Inscrições em rochedos do Brasil. **Revista do Instituto Archeológico e Histórico Pernambucano**, Recife, n. 47, p. 301-329, il.

LOPES, Daniel; KALKMANN, Ana Lúcia Maroja. 1983. **Inspeção arqueológica no sítio Pedra Pintada (RR)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório técnico. Inédito.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos. 1999. Os cantos do "Divino da Casa de Pedra". **Boletim Informativo da Fundação Casa da Cultura de Marabá**, Marabá, p. 6-24. il. Edição Comemorativa 15a aniversário.

MILLER, Eurico Theólifo. 1992. Adaptação Agrícola Pré-histórica no alto rio Madeira. In: PRÉ-HISTÓRIA Sudamericana: nuevas perspectivas. Santiago: Taraxacum. p. 226-227.

OLIVEIRA, Avelino Ignácio de. 1928. Atravez da Guyana Brasileira pelo rio Erepecuru - Estado do Pará - 1925. **Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 30.

PEREIRA, Edithe. 1992. Análise preliminar das pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia**, Belém, v. 8, n. 1, p. 5-24. il.

PEREIRA, Edithe. 1999. **Viagem à Monte Alegre**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório técnico. Inédito.

PEREIRA, Edithe. 1999a. **Viagem à Ilha dos Martírios: rio Araguaia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório técnico. Inédito.

PEREIRA, Edithe. 2000. **Levantamento e resgate do sítio Pedra das Arraias**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de pesquisa. Inédito.

PEREIRA, Edithe. 2002. Arte Rupestre na Amazônia: um patrimônio ameaçado. **Fundamentos**, publicação da Fundação Museu do Homem Americano, v. 1, n. 2, p. 233-242.

PEREIRA, Edithe da Silva. 1990. **As gravuras e pinturas rupestres no Pará, Maranhão e Tocantins - Estado atual do conhecimento e perspectivas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2 v. il.

PEREIRA, Edithe da Silva. 1996. **Las pinturas y los grabados rupestres del noroeste de Pará - Amazônia - Brasil**. Tese (Doutorado) – Departamento de Arqueologia e Pré-história, Universidade de Valencia, Valencia, 2 v. il.

PROUS, André. 1992. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, p. 509-542. il.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz *et al.* 1986. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil - segunda etapa de campo (1985) - Nota prévia. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 16, p. 5-48. il.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz; GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini; MACHADO, Ana Lúcia. 1987. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil - primera etapa de campo (1985). **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 17, p.1-81. il.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz; RIBEIRO, Catarina Torrano; PINTO, Francisca Cira Bezerra. 1989. Levantamentos arqueológicos no Território Federal de Roraima - 3ª etapa de campo: 1987. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 19, p. 5-48. il.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. 1999. Caçadores-coletores de Roraima. In: **PRÉ-HISTÓRIA da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 135-145. il.

RIBEIRO, Pedro Mentz *et al.* 1996. Pitture rupestri nel Territorio di Roraima - Brasile. **Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici**, v. 2, p. 151-157, il.

ROOSEVELT, Anna *et al.* 1983. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. **Science**, v. 272, p. 373-384, apr. 1996. il. Lopes e Kalkman.